



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Mauro Alencar de Barros

371

Apelação Criminal nº: 0299181-7
Comarca Origem: 5ª Vara Criminal de Recife
Apelante: **André Luis dos Santos**
Apelado: Ministério Público do Estado de Pernambuco
Relator: Des. Mauro Alencar de Barros
Procuradora de Justiça: Dra. Norma Mendonça Galvão de Carvalho
Órgão Julgador: 2ª Câmara Criminal

PENAL E PROCESSO PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. CONDENAÇÃO POR TENTATIVA DE ROUBO. PEDIDO DE ABSOLVIÇÃO OU DESCLASSIFICAÇÃO PARA FURTO. MATERIALIDADE E AUTORIA DO DELITO DE ROUBO DEMONSTRADA. MANTIDA A CONDENAÇÃO. PEDIDO DE APLICAÇÃO DO SURSIS - ART. 77 DO CÓDIGO PENAL. IMPOSSIBILIDADE. APELO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. 1. Não há como prosperar o pedido de absolvição, ou mesmo de desclassificação para o furto, se a materialidade e a autoria do roubo restaram demonstradas nos autos. 2. A abordagem da vítima, com a presença ameaçadora de quatro pessoas, todas com o propósito de lesão patrimonial, constitui roubo, não furto. 3. A suspensão condicional da pena, prevista no art. 77 do Código Penal, depende da observância dos requisitos objetivos e subjetivos estabelecidos no citado artigo. 4. À unanimidade de votos, negou-se provimento ao apelo, restando mantida a sentença em todos os seus termos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de **Apelação Criminal nº 0299181-7**, em que figuram como apelante **André Luis dos Santos** e como apelado o Ministério Público de Pernambuco, acordam os Desembargadores componentes da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, **por unanimidade de votos, em NEGAR PROVIMENTO ao apelo,**

M



372

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Mauro Alencar de Barros

mantendo a sentença guerreada em todos os seus termos, tudo consoante consta do relatório e voto anexos, que passam a fazer parte do julgado.

Recife, 02 de 10 de 2013.

Des. Mauro Alencar de Barros
Relator



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Mauro Alencar de Barros

364
v

Apelação Criminal nº: 0299181-7
Comarca Origem: 5ª Vara Criminal de Recife
Apelante: **André Luis dos Santos**
Apelado: Ministério Público do Estado de Pernambuco
Relator: Des. Mauro Alencar de Barros
Procuradora de Justiça: Dra. Norma Mendonça Galvão de Carvalho
Órgão Julgador: 2ª Câmara Criminal

RELATÓRIO

Cuida-se de apelação criminal interposta por **André Luis dos Santos** contra sentença de fls. 269/278, que, julgando procedente a denúncia oferecida pelo Parquet, o condenou, como incurso nas penas do **art. 157, §2º, II, c/c art. 14, ambos do Código Penal**, a uma reprimenda de **02 (dois) anos e 08 (oito) meses de reclusão e 06 (seis) dias multa**, em regime aberto, aplicando, contudo, o perdão judicial no tocante à multa, e concedendo ao ora recorrente o direito de recorrer em liberdade.

Pretende o recorrente a sua **absolvição**, tendo em vista a suposta inteira falta de provas para uma condenação. Se este não for o entendimento adotado, espera a **desclassificação para o tipo penal descrito no art. 155, caput, do Código Penal**. Pede ainda o direito de obter o '**sursis**' previsto no **art. 77 do Código Penal**, não vislumbrado pelo Juízo Monocrático.

De acordo com a denúncia, no dia 30/06/2009, pelas 18 h, sobre a Ponte de Ferro da Boa Vista, os denunciados subtraíram de

MY



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Mauro Alencar de Barros

365
C

Josélio Pergentino da Silva um aparelho celular marca Nokia, um boné e R\$ 2,00 (dois reais), mediante ameaça por intimidação física, assim fazendo em comunhão de desígnio com mais outro indivíduo não identificado.

Relatado que os denunciados foram conduzidos à Delegacia de Polícia e autuados em flagrante, e, ao serem interrogados, confessaram a prática delitiva, tendo um deles (Fábio) assumido que foi o idealizador da prática delitiva.

De acordo com a tese posta no presente recurso, as diligências encetadas pela polícia e carreadas aos autos, bem como as provas colhidas na instrução criminal, não foram substanciais nem suficientes para justificar a condenação do ora recorrente.

Nas contrarrazões de fls. 355/357, o Ministério Público espera seja **negado provimento ao recurso**.

A Procuradora de Justiça em matéria criminal, em seu parecer de fls. 360/361, opinou pelo **desprovimento apelo**.

Vieram-me os autos conclusos.

É o Relatório.

À Douta Revisão.

Recife, 24 de 04 de 2013.


Des. Mauro Alencar de Barros
Relator



373

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Mauro Alencar de Barros

Apelação Criminal nº: 0299181-7
Comarca Origem: 5ª Vara Criminal de Recife
Apelante: **André Luis dos Santos**
Apelado: Ministério Público do Estado de Pernambuco
Relator: Des. Mauro Alencar de Barros
Procuradora de Justiça: Dra. Norma Mendonça Galvão de Carvalho
Órgão Julgador: 2ª Câmara Criminal

V O T O

Conforme relatado, pretende o recorrente a sua **absolvição**, tendo em vista a suposta falta de provas para uma condenação; ou a **desclassificação para o tipo penal descrito no art. 155, caput, do Código Penal** e o direito de obter o 'sursis' previsto no art. 77 do Código Penal.

DO PEDIDO DE ABSOLVIÇÃO OU DE DESCLASSIFICAÇÃO DA CONDUTA

De acordo com a tese posta no presente recurso, as diligências encetadas pela polícia e carreadas aos autos, bem como as provas colhidas na instrução criminal, não foram substanciais nem suficientes para justificar a condenação do ora recorrente.

Consta na denúncia que no dia 30/06/2009, pelas 18h, sobre a Ponte de Ferro da Boa Vista, **os denunciados subtraíram de Josélio Pergentino da Silva um aparelho celular marca Nokia, um boné e R\$ 2,00 (dois reais), mediante ameaça por**



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Mauro Alencar de Barros

374

intimidação física, assim fazendo em comunhão de desígnio com mais outro indivíduo não identificado.

Relatado que os denunciados foram conduzidos à Delegacia de Polícia e autuados em flagrante, e, ao serem interrogados, **confessaram a prática delitiva**, tendo um deles (Fábio) assumido que foi o idealizador da prática delitiva.

Pois bem.

Em que pese à argumentação posta, observo que a **materialidade** do delito restou devidamente comprovada nos autos, especialmente pelo auto de apresentação e apreensão (fls. 50), pelo auto de avaliação (fls. 52), e pelo termo de restituição (fls. 53).

A **autoria**, com relação ao ora recorrente, André Luis dos Santos, pode ser extraída do auto de prisão em flagrante (fls. 19/25), do relato da vítima, que reconheceu todos os autores (fls. 14), e da própria confissão dos acusados.

Cabe ressaltar que, **em sede policial (fls. 24), o próprio acusado André Luis da Silva confirmou as acusações de roubo feitas contra a sua pessoa; e, em juízo (fls. 245), embora tenha sustentado não ter praticado ameaças ou agressões contra a vítima e que ninguém estava armado, novamente admitiu ter participado dos fatos descritos na denúncia na companhia de Gilberto e Fábio.**

Assim, não merece prosperar o pedido de absolvição.

E melhor sorte não assiste o recorrente com relação ao pedido de desclassificação para o delito de furto.

MY



375

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Mauro Alencar de Barros

Ora, os acusados subtraíram coisa móvel alheia, **mediante ameaça por intimidação física**, eis que **ordenaram que a vítima lhes entregasse o dinheiro e o telefone**.

A vítima relatou (fls. 22) que 'se encontrava telefonando na Ponte de Ferro no Centro do Recife quando **foi surpreendido por quatro elementos que mandaram ele encostar na Ponte**'; e que 'os quatro elementos roubaram um aparelho de telefone celular, um boné e a quantia de R\$ 2,00 (dois reais)'.

In casu, a abordagem da vítima, com a presença ameaçadora de quatro pessoas, todas com o propósito de lesão patrimonial, obviamente constitui roubo, não furto.

Como pontuado nas contrarrazões do Ministério Público (fls. 356), de fato, não se pode negar que o modo da execução e a quantidade de coautores e partícipes diminuem as chances de defesa da vítima, não havendo motivos para se acolher o pedido de desclassificação.

Entendo, pois, que **deve ser mantida a condenação do recorrente como incurso nas sanções do art. 157, §2º, II, c/c art. 14, II, ambos do Código Penal**.

DO PLEITO DE APLICAÇÃO DO Sursis - ART. 77 DO CÓDIGO PENAL

Reza o art. 77 do Código Penal que a execução da pena privativa de liberdade, não superior a dois anos, poderá ser suspensa, desde que atendidas as condições estabelecidas no citado artigo.

Na realidade, os requisitos para a concessão do *sursis* penal se dividem em objetivos e subjetivos, sendo que, na hipótese, tendo em vista que o recorrente foi condenado a uma reprimenda em

MA



376

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Mauro Alencar de Barros

definitivo de 02 (dois) anos e 08 (oito) meses de reclusão, uma das primeiras exigências, ligada à quantidade de pena, não restou atendido.

Sendo assim, também nesse aspecto, **não há como ser provido o pedido da defesa.**

Com tais considerações, o meu voto é no sentido de **NEGAR PROVIMENTO ao presente recurso de apelação**, devendo ser mantida a sentença guerreada em todos os seus termos.

É como voto.

Recife, 02 de 10 de 2013.

Des. Mauro Alencar de Barros
Relator



347

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE – CEP: 50010-230. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

Apelação Criminal nº. 0123025-87.2009.8.17.0001 (299.181-7)
Comarca de Origem: 5ª Vara Criminal da Comarca do Recife/PE
Apelante: André Luis dos Santos
Apelados: Ministério Público do Estado de Pernambuco
Relator: Des. Mauro Alencar de Barros
Revisor: Des. Antônio Carlos Alves da Silva
Procurador (a) de Justiça: Dra. Norma Mendonça Galvão de Carvalho
Órgão Julgador: 2º Câmara Criminal.

VOTO DE REVISÃO

Cuida-se de Apelação Criminal interposta por **André Luis dos Santos**, contra a sentença de fls. 269/278, exarada pelo Juízo de Direito da 5ª Vara Criminal da Comarca do Recife/PE., que o condenou à pena de 02 (dois) anos e 08 (oito) meses de reclusão e 06 (seis) dias-multa, pela prática do crime tipificado no art. 157, §2º, II, c/c art. 14, ambos do Código Penal Brasileiro.

O ora apelante, não resignado com a sentença, através das razões recursais de fls. 345/351, requer a sua absolvição, alegando a ausência de provas a ensejar sua condenação. No caso desta Câmara não entender assim, que seja o delito desclassificado para o constante no art. 155, *caput*, do Código Penal Brasileiro, e, subsidiariamente, pugna pelo direito de obter o “sursis”, disposto no art. 77 do CPB.

Nas contrarrazões às fls. 355/357, o Ministério Público do Estado de Pernambuco requer o improvimento do apelo, para que seja mantida a sentença em todos os seus termos.

O Parecer da Douta Procuradoria de Justiça às fls. 360/361, é pelo desprovimento do recurso.

Consta da denúncia, que no dia 30 de junho de 2009, **Gilberto José Nogueira Filho, André Luis da Silva, Fábio José da Silva** e outro indivíduo até hoje não identificado, sobre a Ponte da Boa Vista (Ponte de Ferro), nesta cidade, subtraíram mediante ameaça por intimidação física, da vítima **Josélio Pergentino da Silva**, um celular da marca Nokia, um boné e a quantia de R\$ 2,00 (dois reais).

Pois bem. No tocante a alegação de que não há no bojo probatório, provas suficientes da autoria do delito, tal assertiva não deve prosperar, uma vez que o depoimento da vítima e o interrogatório dos próprios acusados esclarecem que os denunciados cometeram o delito disposto na denúncia, para tanto, vejamos parte destes depoimentos, colhidos tanto na fase policial como na fase judicial, *in verbis*:



378

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE – CEP: 50010-230. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

Depoimento da vítima **Josélio Pergentino da Silva**, na fase policial à fl. 14: (...) QUE, no dia de hoje, 30.06.2009, por volta das 18h00min horas se encontrava telefonando na Ponte de Ferro no Centro do Recife quando foi surpreendido por quatro elementos que mandaram ele encostar na Ponte QUE os quatro elementos anunciaram o assalto e lhe roubaram um aparelho telefone celular, um boné e a quantia de R\$ 2,00 (dois reais) (...) Que a vítima reconhece todos os elementos como sendo os autores do roubo e os seus pertences roubados; (...). (Grifos meus).

Interrogatório do acusado **Gilberto José Nogueira Filho**, na fase policial à fl. 15: (...) QUE confirma ser o autor juntamente com mais três pessoas do roubo contra a vítima, (...) Que mandaram a vítima encostar-se à Ponte e pediram o dinheiro e o celular QUE quando a vítima entregou o que eles pediram todos saíram correndo QUE foi preso juntamente com André e Fábio. (...). (Grifos meus).

Interrogatório do acusado **André Luís da Silva**, na fase policial à fl. 16: (...) QUE confirma as acusações de roubo feitas contra ele QUE afirma que estava andando juntamente com seus amigos Fábio e Gilberto QUE derrepente abordaram uma pessoa que vinha passando na Ponte de ferro, (...) QUE foram perseguidos por policiais militares que faziam rondas pelo centro da cidade (...) QUE foram alcançados pelos PMS e revistados QUE foi encontrado com eles o telefone celular e a quantia de R\$2,00 (dois reais) (...). (Grifos meus).

Interrogatório do acusado **Gilberto José Nogueira Filho**, na fase judicial à fl. 244: (...) Que se lembra dos fatos descritos na denúncia; Que são verdadeiros em parte os fatos descritos na denúncia; Que participou a convite do acusado Fábio juntamente com o acusado André do fato descrito na denúncia, asseverando mais uma vez que da abordagem apenas ele interrogando e os outros dois acusados Fábio e André participaram dos fatos descritos na denúncia; (...). (Grifos meus).

Assim, como já explicitado, constato que o depoimento e os interrogatórios acima transcritos, ditos como “chaves” do processo, indicam que o denunciado **André Luís da Silva**, foi um dos autores do roubo praticado contra a vítima **Josélio Pergentino da Silva**, não havendo que se falar em condenação contrária a prova dos autos.



379

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE – CEP: 50010-230. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

No tocante ao pedido de desclassificação do crime de roubo para o de furto, tal ilação também não deve prosperar, uma vez que a concretização do crime de roubo dar-se-á por dois momentos conexos, quais sejam: o primeiro quando da violência contra a vítima, e, em segundo lugar quando a posse da *res furtiva* passa do proprietário para o agente criminoso.

No caso em tela, a caracterização do cometimento do crime de roubo deu-se também em duas fases: 1º) No momento da coação verbal feita pelos acusados e 2º) quando a *res furtiva* saiu da esfera de vigilância da vítima para a do acusado, não havendo o que se falar na desclassificação do delito.

No respeitante à aplicação do *surssis*, previsto no art. 77 do Código Penal, tal pleito não deve prosperar, pois, como estabelece o *caput* do artigo mencionado é necessário que a condenação do agente não pode ser superior a 02 (dois) anos, o que não é o caso em tela, vez que o apelante foi condenado a pena de 02 (dois) anos e 08 (oito) meses de reclusão.

Desta feita, entendo que não assiste razão ao acusado, pelo que deve ser mantida na sua totalidade a sentença guerreada.

Isto posto, em consonância com o parecer da Douta Procuradoria de Justiça, **VOTO pelo improvimento do apelo**, mantendo-se a sentença recorrida em todos os seus termos.

É como voto.

Recife, de de 2013.

Des. Antonio Carlos Alves da Silva
Revisor